

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.332.173 - SP  
(2018/0183571-1)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**EMBARGANTE : CARLOS ROBERTO BECHARA VENTRIGLIA**  
**ADVOGADOS : GISELE HEROICO PRUDENTE DE MELLO - SP185771**  
**LAILA MARIA BRANDI E OUTRO(S) - SP285706**  
**EMBARGADO : QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S/A**  
**ADVOGADOS : ALESSANDRO PICCOLO ACAYABA DE TOLEDO - SP167922**  
**THAIS ROSSANO FOLLO PEREIRA E OUTRO(S) - SP286364**  
**INTERES. : SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE**  
**ADVOGADO : JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS -**  
**SP273843**

## DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão de fls. 846-848 (e-STJ), a qual neguei provimento ao agravo em recurso especial.

Em suas razões, o embargante sustenta a existência de contradições, sustentando o seguinte:

9. Primeira contradição existente na r. decisão embargada é a de que o recurso foi interposto pela agravante, ora Embargante, o que não é correto, pois o recurso controverso foi interposto pela agravada, ora embargada (e-STJ fls. 254/272).

10. Segunda contradição é que o recurso interposto foi o de agravo de instrumento, o que não é correto, pois o recurso interposto foi de apelação (e-STJ fls. 254/272), o que no entendimento da embargante está incorreto, pois a decisão atacada não pôs fim a execução.

11. Terceira e última contradição é exatamente o objeto do recurso interposto de que a decisão do MM. Juiz *a quo* não extinguiu a execução.

Aponta ainda omissão com relação às razões apontadas no recurso especial, por considerar que a "embargante interpôs recurso de agravo de instrumento contra decisão que extinguiu a execução" (e-STJ, fl. 854), "na medida em que a decisão recorrida não colocou fim a execução e foi interposto apelação e não agravo de instrumento" (e-STJ, fl. 855), alegando ofensa ao art. 489, § 1º, IV, do Código de Processo Civil de 2015.

Impugnação apresentada às fls. 860-861 (e-STJ), pelo não provimento dos

# *Superior Tribunal de Justiça*

presentes embargos de declaração.

Assim posta a questão, passo a decidir.

Não se verifica a omissão apontada, devendo-se manter a decisão recorrida por seus próprios fundamentos, ante a ausência dos pressupostos que dariam ensejo à oposição dos embargos de declaração: omissão, obscuridade ou contradição.

Com efeito, o julgado embargado é claro em suas premissas e objetivo em suas conclusões, inexistindo vício a ser sanado. Apenas, a solução prestigiada não corresponde à desejada pelo ora embargante, circunstância que não eiva a decisão de nulidade.

Vale ressaltar que os embargos de declaração possuem regramento próprio, voltado à complementação ou declaração do verdadeiro sentido de uma decisão eventualmente omissa, contraditória ou obscura, não sendo dotados, em regra, de efeito modificativo.

A decisão ora embargada foi clara ao pontuar que, havendo extinção da execução, o recurso cabível é a apelação e não o agravo de instrumento.

O apontado vício, além de não existente, objetiva na verdade a rediscussão do que já foi decidido, o que extrapola os limites previstos para o recurso de embargos de declaração.

O que se verifica, no presente caso, é apenas erro material, por constar das razões da decisão ora impugnada que "contra a decisão 'proferida em sede de cumprimento de sentença, que extinguiu a execução' (e-STJ, fl. 758), o ora agravante interpôs agravo de instrumento, o qual não foi conhecido, por inadequação da via eleita" (e-STJ, fl. 847).

Deve-se então alterar na decisão embargada o seguinte parágrafo contido à fl. 847 (e-STJ):

"Consta dos autos que contra a decisão "proferida em sede de cumprimento de sentença, que extinguiu a execução" (e-STJ, fl. 758), a ora agravada interpôs apelação, a qual foi conhecida, pois contra a sentença, o recurso cabível é o de apelação".

Diversamente da afirmação do embargante de que a decisão proferida não pôs fim à execução, verifica-se nos autos, que a ora agravada "interpôs recurso de

# *Superior Tribunal de Justiça*

apelação contra a r. decisão que julgou extinta a execução das “astreintes”, nos termos do art. 924, inc. II, do novo CPC" (e-STJ, fl. 739), o que afasta a contradição e a omissão apontadas.

Em face do exposto, acolho em parte os embargos de declaração, apenas para sanar o erro material ora mencionado. No mais, mantida a decisão tal como proferida.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora

